

PCLEG nº 840.07.2021

Santo André, 20 de julho de 2021.

Requerimentos do Vereador Ricardo Alvarez

Senhor Presidente,

Considerando o Decreto nº 17.317, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus, no Município de Santo André;

Considerando o Decreto nº 17.322, de 19 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Município de Santo André para fins de prevenção e enfrentamento do Coronavírus e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto nº 17.335, de 23 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Santo André para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, conforme Decreto Legislativo nº 2.495, de 31 de março de 2020;

Considerando o Ato nº 5, de 23/04/2020, da Mesa da Câmara Municipal, e alterações posteriores, que suspendeu as sessões solenes, eventos, solenidades e as demais atividades legislativas internas e externas;

Considerando o balanço do Plano São Paulo, apresentado pelo Governo do Estado, na data 11 de março de 2021, que instituiu medidas emergenciais em todo o Estado de São Paulo na Fase Vermelha;

Considerando o Decreto Estadual nº 65.563, de 11 de março de 2021, que institui medidas emergências, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;

Considerando o Decreto nº 17.618, de 12 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, na Cidade de Santo André, de acordo com o Plano São Paulo, e dá outras providências;

Considerando que as medidas acima adotadas, para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, resultaram no afastamento de servidores dos seus locais de trabalho, requerendo uma adaptação frente às dificuldades operacionais trazidas pelo home office quanto a formalização e tramitação dos expedientes administrativos,

Venho pelo presente solicitar a prorrogação de prazo para respostas por **60 (sessenta)** dias, dos requerimentos abaixo relacionados:



Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 2923/2021, protocolado sob o nº 7938/2021, onde solicita informações sobre o recebimento e a destinação de recursos relacionados ao combate à pandemia da Covid-19;

Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 2926/2021, protocolado sob o nº 7931/2021, onde solicita informações sobre a publicação no sítio da prefeitura de todas as compras e contratações, na mesma data de aquisição ou no dia seguinte, nos termos do artigo 4º da Lei 10.363 de 05 de março de 2021;

Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 2924/2021, protocolado sob o nº 7937/2021, onde solicita informações e explicações sobre reuniões realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente com moradores de Paranapiacaba, no município;

Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 3067/2021, protocolado sob o nº 7919/2021, onde solicita informações e cópias sobre as obras no Estádio Bruno José Daniel;

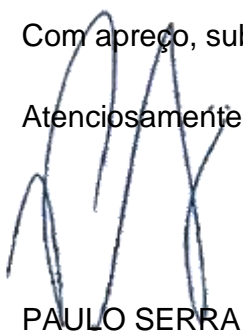
Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 3166/2021, protocolado sob o nº 7916/2021, onde solicita informações sobre a contratação de estrutura de metal utilizada como faixa para controle do fluxo de transeuntes em corredores comerciais;

Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 3066/021, protocolado sob o nº 7924/2021, onde solicita informações sobre a obra do Skate Park em Santo André, na Praça Dr. Sérgio Cyrino da Silva, sito à Avenida Atlântica – Valparaíso;

Ofício nº 1450/2021 – G.P. – Proc. 3054/2021, protocolado sob o nº 7928/2021, onde solicita informações referentes aos Termos de Parceria 001/2017 e 002/2019 firmados entre a Prefeitura e o Instituto IPRODESC.

Com apreço, subscrevo-me,

Atenciosamente,



PAULO SERRA
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO
Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

DCSS

